

DA BUROCRACIA À INFOCRACIA. A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELOS SINDICATOS DE PROFESSORES EM PORTUGAL

Paulo Marques Alves

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa
paulo.alves@iscte-iul.pt

Resumo: A generalidade dos movimentos sindicais vem enfrentando uma crise profunda desde os anos 70. As suas causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores que lhes são exógenos com outros endógenos, remetendo para a sua burocratização. Visando revitalizar-se, eles têm vindo a implementar ações diversificadas, onde se conta a adoção das Tecnologias da Informação e da Comunicação e da Internet. Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a adoção e os usos da Internet pelos sindicatos dos professores em Portugal. Visou-se compreender se esses usos estão a permitir o aprofundamento da democracia organizacional, fator essencial para a revitalização. Concluiremos afirmando que, atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os *websites* oficiais destes sindicatos e ao modo como as plataformas da *Web 2.0* são usadas, se está perante o desperdiçar de uma oportunidade de contribuir para aprofundar as formas democráticas de governo associativo e, por conseguinte, de fortalecer o sindicalismo.

Palavras-chave: Sindicalismo, Crise, Internet, Democracia digital.

INTRODUÇÃO

A generalidade dos movimentos sindicais nacionais vem enfrentando uma profunda crise desde os anos 70, a qual se manifesta sobretudo, mas não só, no refluxo do número de aderentes, expresso no decréscimo das taxas de sindicalização, e na perda de influência social e política dos sindicatos, indiciada, entre outros aspetos, pela perda de poder na negociação coletiva e de influência junto do poder político (ALVES, 2009).

As causas da crise são múltiplas e profundas e as organizações sindicais têm vindo a tentar ultrapassar a situação implementando ações diversificadas visando revitalizar-se (FREGE; KELLY, 2003). Entre elas conta-se a adoção da Internet, uma ferramenta que para alguns autores é essencial para contribuir para a desburocratização dos sindicatos e para romper com as tendências oligárquicas a que não são imunes. Argumenta-se que as suas funcionalidades potenciarão o incremento dos níveis de transparência organizacional e promoverão oportunidades efetivas de participação dos associados, dois pilares essenciais para aprofundar a democracia organizacional.

Após um estudo realizado com os sindicatos com jurisdição no sector da saúde (ALVES, 2015) em que se detetou que, atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os respetivos *websites* e ao modo como as novas plataformas são usadas, esses sindicatos não estavam a trabalhar no sentido de aprofundar as formas democráticas de governo associativo, realizámos um outro estudo, agora entre os sindicatos dos professores, para compreender se este padrão se mantém ou não. As questões colocadas são as mesmas de há cinco anos: estarão estes sindicatos a utilizar a Internet no sentido de conferir uma maior transparência à sua governação? Estarão a possibilitar a participação ativa dos sócios? Numa palavra, estará esse uso a permitir ou não o aprofundamento da democracia interna?

Concluiremos afirmando que a utilização da Internet por este conjunto de sindicatos segue o padrão detetado anteriormente, pelo que também neste caso estamos perante a perda de uma oportunidade de os sindicatos aprofundarem a democracia organizacional, assim contribuindo para a sua revitalização.

A CRISE DO SINDICALISMO

No início da década de 70, os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, pelo que o sindicalismo entrou numa crise na qual ainda se mantém. Analisando os dados disponíveis para alguns países referentes à evolução da sindicalização a nível agregado entre 1960 e 2017 (ICTWSS, 2019), constata-se a existência de uma tendência contraditória entre as décadas de 70 e de 90, período durante o qual diversos movimentos não só conseguiram resistir como até mesmo crescer enquanto outros já regrediam de uma forma mais ou menos acentuada, a que se seguiu a partir desta última década uma tendência convergente no sentido do declínio, ainda que este seja desigual, ao ser pautado por ritmos e intensidades muito distintos.

Portugal acompanha esta tendência geral, tendo sofrido uma das maiores quebras da sindicalização a nível mundial. Depois de um período de 48 anos de ditadura, durante a qual a sindicalização era obrigatória, com a revolução do 25 de Abril de 1974 entrou-se numa nova fase de sindicalismo livre. Em 1978 a taxa de sindicalização situava-se nos 60,8%, tendo caído para 15,3% em 2016 (ICTWSS, 2019), valor que é idêntico ao de países como a Alemanha, a Austrália, a Holanda, a Espanha ou o Japão e que coloca Portugal uma posição intermédia no contexto dos países do sul da Europa. Entre os dois anos considerados, a taxa de sindicalização caiu 45,5 pontos percentuais, tendo-se perdido 66,7% dos efetivos sindicais. Ainda que a educação continue a ser dos setores mais sindicalizados, não ficou à margem deste refluxo.

ADOÇÃO E UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELOS SINDICATOS

Em 1999, o Ad-Hoc Committee on Labor and the Web, afirmava que os sindicatos só muito tardiamente haviam reconhecido o potencial das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), o que não deixará de refletir a atitude inicial de suspeição, em alguns casos mesmo de rejeição destas tecnologias por parte de muitos dirigentes sindicais (ALVES, 1994), o que poderá ser explicado por um baixo nível de literacia digital; pela consideração de que estes instrumentos são uma das principais causas do desemprego; e pelo receio da ação em tempo real, da possibilidade de substituição do modelo verticalizado de comunicação pela comunicação em rede e da alteração das estruturas de poder nas organizações.

Apesar das resistências iniciais, as vantagens oferecidas por estas tecnologias, baseadas na velocidade, na flexibilidade, no custo e no seu maior alcance por comparação com os meios tradicionais de comunicação acabaram, no entanto, por impulsionar os sindicatos a utilizá-las.

Uma vez assumida a importância das TIC, estas encontram-se hoje amplamente disseminadas no mundo sindical, existindo diferenças significativas no que concerne ao modo como são usadas e aos domínios da atividade sindical onde são aplicadas (FIORITO; JARLEY; DELANEY, 2002), dado que podem ser empregues em diversos campos e com objetivos múltiplos. Na comunidade científica existe um amplo consenso sobre a relevância da sua utilização, se bem que estes autores demonstrem que o seu impacto é mais positivo nas questões organizativas do que em termos da eficácia geral.

No caso específico da Internet, as redes de computadores, contrariamente aos media tradicionais, não só possibilitam a informação (cognição) e a comunicação, como potenciam igualmente a produção cooperativa de informação (FUCHS, 2014). Desta forma, os sindicatos podem utilizar a Internet segundo estas três dimensões, para tal recorrendo tanto a plataformas comerciais como a outras alternativas de carácter não comercial.

Na primeira dimensão, através dos respetivos sítios, das plataformas de notícias *online*, ou das destinadas à partilha de vídeos ou de fotografias, bem como das redes sociais *online*, os sindicatos podem difundir livremente os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (AD HOC COMMITTEE, 1999; DARLINGTON, 2000); informar sobre a sua atividade numa perspetiva de transparência organizacional; reforçar os serviços que já prestavam aos seus aderentes, de onde se destaca a difusão

de informação específica sobre as questões que afetam os trabalhadores, como a negociação coletiva ou a legislação aplicável (AD HOC COMMITTEE, 1999; DIAMOND; FREEMAN, 2002), e proporcionar outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning* (BÉLANGER, 2006). Poderão ainda pesquisar informação necessária à ação sindical e disponibilizar informação que possibilite o recrutamento de novos associados ou promover campanhas de sindicalização. E também organizar os trabalhadores em empresas com políticas antissindicais ou grupos de trabalhadores que não se fixam num determinado sector (DOLVIK, 2002), situações em que a solução pode residir no lançamento de sindicatos virtuais.

No âmbito da segunda dimensão, utilizando as ferramentas anteriores, bem como blogues, *fora* de discussão, *chats*, plataformas de *microblogging*, *mailing lists* ou ainda *sms* via telefones celulares, os sindicatos podem mobilizar os trabalhadores para a ação coletiva ou ganhar a opinião pública durante os conflitos de trabalho (DIAMOND; FREEMAN, 2002).

Na terceira dimensão, a utilização de *wikis*, que implicam trabalho colaborativo, e das redes sociais *online*, que favorecem a formação de comunidades virtuais, pode beneficiar a ação sindical em diversos domínios. Potencialmente permitirão reforçar os laços entre todos os que integram a organização, melhorando a ligação entre bases, estruturas intermédias e cúpulas, para além de possibilitarem o aprofundamento da participação. Mas permitirão igualmente lançar pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a “solidariedade externa” (LÉVESQUE; MURRAY, 2003), e incrementar a coordenação e a solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (LEE, 1997; DARLINGTON, 2000).

Contudo, dois problemas podem surgir e tornar ineficiente o investimento feito na Internet. O primeiro remete para a existência de uma infoexclusão em resultado da impossibilidade, ou por motivos económicos ou pela falta de conhecimentos, de acesso à Internet por parte dos aderentes; o outro refere-se à resistência que alguns trabalhadores podem eventualmente colocar à sua utilização, mesmo tendo possibilidades de aceder e conhecimentos para o fazer (LUCIO, 2003).

A possibilidade de desburocratização e o aprofundamento da democracia sindical constituem um campo para o qual alguns autores veem um contributo essencial da Internet (DIAMOND; FREEMAN, 2002; GREER, 2002). Afirmam-se que ela possibilita quebrar a lei de ferro da oligarquia e fomentar uma democracia digital, o que passa pelas redes sociais *online* ou pela criação de sítios dinamizados por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restaria outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo associativo, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC e a Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais estariam a emergir no início do século atual, recebendo designações como *cyberunions* (SHOSTAK, 2002), *e-unions* (DARLINGTON, 2000), *open-source unionism* (ROGERS; FREEMAN, 2002), ou sindicalismo 2.0 (GUTIÉRREZ-RUBI, 2009).

METODOLOGIA

Em Portugal, as escolas públicas de ensino não superior perderam quase mais de 46 mil professores no período entre os anos letivos de 2004/2005 e de 2018/2019), sendo que a maioria dos docentes (31 mil) saiu do sistema durante o período da intervenção da *troika*¹. Paralelamente tem-se vindo a assistir a uma

1 A *troika* foi constituída pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, pelo BCE – Banco Central Europeu e pela CE – Comissão Europeia. A intervenção deu-se entre 2011 e 2014, com a imposição de políticas de austeridade que tiveram como consequência uma forte desvalorização do trabalho consubstanciada no corte de salários na administração pública, onde a jornada de trabalho também aumentou de 35 para 40 horas semanais, ou no corte de dias de férias e de feriados, abrangendo tanto os trabalhadores do sector público, como do privado.

contínua e profunda desvalorização da profissão, com tradução em vários domínios. Desde logo, no congelamento da carreira dos docentes em 9 anos, 4 meses e 2 dias levada a cabo pelo governo de direita em funções durante o período da *troika*, sendo que o governo posterior do Partido Socialista impôs de forma unilateral a recuperação de apenas menos de três anos desse tempo congelado. Depois, na crescente sobrecarga de trabalho, nomeadamente de carácter burocrático. Esta degradação das condições de trabalho ocorre num contexto de profundo envelhecimento do corpo docente².

O sistema sindical docente encontra-se extremamente fragmentado, de acordo com diferentes linhas político-sindicais e estatutos diversos consoante os níveis de ensino, a que acresce o facto de metade dos sindicatos terem um âmbito regional³. Atualmente existem cinco federações e 28 sindicatos⁴.

Tendo em conta o objetivo anteriormente expresso, analisámos os *websites* dos sindicatos de professores, dedicando especial atenção ao seu conteúdo e interatividade. Reteve-se fundamentalmente a sub-dimensão governo organizacional, relativa à dimensão conteúdo, cujos indicadores permitem aferir do grau de transparência organizacional; e as sub-dimensões formas de contacto e funcionalidades de participação, relativas à dimensão da interatividade, cujos indicadores possibilitam a avaliação da promoção de oportunidades efetivas de participação dos sócios dos sindicatos.

No entanto, a presença na Internet assume um carácter multidimensional, pelo que se atentou igualmente em todo um conjunto de plataformas que emergiram na última década e meia e que configuram os *social media*. Estão neste caso as redes sociais *online*; os *social news services*; as plataformas de partilha de vídeos; os blogs; as plataformas de *microblogging*; os *online pinboards* e as plataformas de partilha de fotografias. A observação decorreu durante o primeiro semestre de 2020.

A ADOÇÃO DA INTERNET PELO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

Em Portugal, as TIC também estão amplamente disseminadas no movimento sindical, acompanhando o alargamento da difusão destas tecnologias na sociedade portuguesa. Efetivamente, de acordo com os dados do INE⁵, se em 2002 apenas 27,4% dos portugueses entre os 16 e os 74 anos utilizavam computador e

-
- 2 No ano letivo de 2014/2015, 39,5% dos docentes dos níveis 0-4 da ISCED tinha 50 ou mais anos e apenas 1,4% tinha menos de 30 anos. De então para cá a situação agravou-se ainda mais. No ano letivo de 2018/2019, a idade média destes docentes era de 50 anos.
 - 3 As divergências fruto das diferentes linhas político-sindicais e dos estatutos diversos não tem impedido, no entanto, a convergência da maioria das organizações em alguns processos de ação coletiva, como vem sucedendo naquele que visa a recuperação integral do tempo de serviço. Para o efeito foi constituída uma plataforma que agrupa 22 dos 28 sindicatos existentes.
 - 4 Ao longo dos 45 anos de sindicalismo livre, outros sindicatos se formaram, mas foram, entretanto, extintos. A federação mais representativa é a FENPROF – Federação Nacional dos Professores, que engloba oito sindicatos exclusivamente de docentes com uma base regional, sendo filiada na CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. Apesar de ter perdido cerca de 10 mil sócios nos últimos anos, o maior sindicato no sector continua a ser o SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que é filiado na FENPROF e na CGTP-IN. A CGTP-IN foi fundada em 1970 numa situação de semi-clandestinidade, sob dinamização de militantes comunistas, católicos progressistas e outros antifascistas, sendo defensora de um sindicalismo de classe. A segunda maior federação é a FNE – Federação Nacional da Educação, composta por dez sindicatos (sete de docentes e três de trabalhadores não docentes), sendo filiada na UGT – União Geral de Trabalhadores, confederação defensora de um sindicalismo de tipo reformista e que foi fundada em 1978 com base num acordo político firmado entre o Partido Socialista, partido filiado na Internacional Socialista, e o PSD – Partido Social-Democrata, um partido liberal.
 - 5 INE – Instituto Nacional de Estatística. O INE apura os dados referentes à utilização de computadores e Internet pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos através do Inquérito à Utilização de TIC pelas Famílias. Os indicadores que aqui foram mobilizados são os seguintes: Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram computador nos primeiros 3 meses do ano (%) por Local de residência e Sexo e Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos primeiros 3 meses do ano (%) por Local de residência e Sexo. No que se refere à utilização da Internet, existem dados mais recentes, remontando a 2019, que nos indicam uma proporção de utilizadores global na ordem dos 75,3%, ascendendo a 76,8% nos homens e a 74,1% nas mulheres.

19,4% acediam à Internet, em 2017 esses valores já ascendiam, respetivamente, a 66,8% (69,0% nos homens e 64,8% nas mulheres) e 73,8% (76,2% nos homens e 71,6% nas mulheres).

Medindo o acesso dos sindicatos à Internet através da existência de um endereço de *e-mail*, verificamos que a esmagadora maioria das organizações tem ligação à rede. Todas as estruturas de coordenação sindical de carácter territorial (uniões distritais e locais) e todas as estruturas de coordenação setoriais (federações de sindicatos) da CGTP-IN⁶ possuem um *e-mail* de contacto. O mesmo sucede no caso da UGT⁷. Tomando como campo empírico os sindicatos individuais, para uma amostra de cerca de dois terços (195 organizações) dos sindicatos atualmente em atividade em Portugal⁸, verificamos que apenas cinco não têm endereço de correio eletrónico.

Já no que respeita à presença na rede com *website*, verificam-se algumas assimetrias relevantes. Enquanto somente 10,0% das estruturas territoriais da UGT e 28,6% das da CGTP-IN têm *website*, atingem-se os 100,0% nas centrais sindicais. No atinente aos sindicatos individuais, os dados relativos à amostra evidenciam uma situação intermédia, pois 56,9% das estruturas têm um *website* (92,9% no caso dos sindicatos da USI; 59,2% no do “universo da UGT” e 50,5% no do “universo da CGTP-IN”). Por sua vez, 70,0% das federações da CGTP-IN e apenas 42,9% das da UGT possuem um *website*. No caso dos sindicatos, a presença varia fortemente consoante o ramo de atividade económica, indo dos 16,7% na agricultura e pescas até aos 91,7% na saúde⁹.

A distinta composição social dos trabalhadores, os seus níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como os recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, serão os principais fatores que explicam estas assimetrias.

6. OS SINDICATOS DOS PROFESSORES E A INTERNET

6.1 A presença na Internet

Os sindicatos de professores estão presentes na Internet em larga escala. 82,1% têm um *website* e/ou encontram-se nas redes sociais *online*. O mesmo sucede com 40,0% das federações. Dadas as elevadas qualificações dos docentes e a feminização da profissão (no ano letivo de 2018/2019, 78,1% dos docentes dos níveis 0-4 da ISCED eram mulheres (os valores variavam entre um máximo de 99,1% no nível 0 e um mínimo de 71,9% no nível 3), percentagem que se reduzia para 45,1% nos níveis 5-8 desta classificação) é expectável que se verifiquem baixos níveis de infoexclusão e elevados níveis de acesso, atendendo a que a informação estatística evidencia que a utilização de computador e o acesso à Internet crescem à medida que a escolaridade aumenta e que, segundo Greene e Kirton (2003), são os trabalhadores com limitações de tempo, sobretudo as mulheres, quem mais beneficia com a sua utilização.

6 A CGTP-IN conta atualmente com dez federações de sindicatos e vinte e oito estruturas de âmbito territorial (uniões distritais, uniões locais e coordenadoras regionais).

7 A UGT tem atualmente sete federações sindicais e vinte estruturas territoriais.

8 A amostra foi constituída pelos 105 sindicatos que constituem o “universo da CGTP-IN”, os 76 que integram o “universo da UGT” e os 14 que são filiados na USI – União de Sindicatos Independentes, uma confederação sindical que se situa à direita do espectro político e que não é reconhecida pelo Estado português como parceiro social, pelo que não tem assento na concertação social a nível nacional, se bem que o tenha na Região Autónoma da Madeira. O “universo da CGTP-IN” e o “universo da UGT” refere-se aos sindicatos diretamente filiados nestas duas confederações sindicais, bem como aos que não sendo nelas diretamente filiados, o são de forma indireta por via da sua adesão a federações filiadas nas confederações ou por dirigentes seus integrarem órgãos confederais, ainda que as estruturas a que pertencem e onde são dirigentes não estejam formalmente filiadas.

9 De notar que o facto dos sindicatos não terem *website* não significa que não tenham presença na Internet. Ela pode verificar-se através do *Facebook* e/ou da existência de uma subpágina no *website* de uma federação onde o sindicato se encontre filiado.

Dos 28 sindicatos, 23 possuem um *website* oficial, sendo que a maioria prevê ligações para as redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a única plataforma onde a presença institucional destas organizações é mais alargada, atingindo uma expressão muito elevada, como evidencia o Quadro 1, o que acompanha a tendência nacional (OberCom, 2014).

Quadro 1: Classificação da presença dos sindicatos docentes nos *social media* de carácter comercial por tipo de uso (%), em junho de 2020¹

Tipo de uso	Tipos de médias sociais	Plataformas	%
Cognição	Plataformas de partilha de vídeos	<i>You Tube</i>	32,1 ²
		<i>DailyMotion</i>	0,0
		<i>Vimeo</i>	0,0
	Blogue		0,0
	Online pinboards	<i>Tumblr</i>	0,0
		<i>Pinterest</i>	0,0
	<i>Social news services</i>	<i>Reddit</i>	0,0
	Plataformas de partilha de fotografias	<i>Instagram</i>	0,0
<i>Flickr</i>		3,6	
Comunicação	Plataformas de <i>microblogging</i>	<i>Twitter</i>	28,6 ²
	Plataforma de mensagens instantâneas	<i>Whatsapp</i>	3,6
	Forum		0,0
	<i>Chat</i>		0,0
Cooperação	Redes sociais <i>online</i>	<i>Facebook</i>	64,3 ²
		<i>LinkedIn</i>	10,7

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

Notas: ¹ Adaptado de Fuchs (2014). Antes do encerramento do Google+, três sindicatos possuíam contas ativas nesta plataforma. ² Para além dos sindicatos também a FENPROF e a FNE estão presentes nestas plataformas. Nenhuma organização está presente em plataformas com carácter não comercial e alternativo, do tipo *Diaspora** ou *Riseup*.

Democracia digital?

A *transparência do governo organizacional* e a *participação* dos membros constituem dois pilares essenciais de uma democracia organizacional baseada na tomada coletiva de decisões.

As funcionalidades da Internet permitem fomentar a transparência, ao possibilitarem que os sindicatos deem a conhecer as normas que regulam a sua atividade, através da publicitação dos respetivos estatutos; forneçam informações sobre o modo como se processa o seu governo; ou disponibilizem documentação detalhada que proporcione aos associados ou aos potenciais sócios a oportunidade de discutirem e deliberarem de modo informado.

A análise dos *websites*¹⁰ oficiais permite concluir pela existência de níveis muito baixos de transparência organizacional, que são evidentes no Quadro 2, onde se encontram elencados alguns aspetos fulcrais relativos ao modo de governação dos sindicatos.

10 A comunicação nos *websites* de todos os sindicatos é unidirecional. Na sua maioria, eles acolhem unicamente conteúdos centrados na atividade do sindicato (83,3%). Maioritariamente a forma adotada é extremamente simples (62,5% dos casos), com ausência, por exemplo, do áudio ou do vídeo.

Quadro 2: Proporção de websites de sindicatos de professores que fornecem informação relacionada com o governo dos sindicatos (%), 2020

Informação sobre o governo organizacional	%
Identificação das responsabilidades assumidas pelos membros da direção	4,3
Informação geral sobre o governo organizacional	0,0
Informação sobre as Assembleias Gerais	0,0
Informação sobre as reuniões da direção	0,0

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

Desde logo, somente 43,5% publicitam quem são os dirigentes sindicais¹¹, na maior parte dos casos através de uma simples relação de nomes, que pode ou não ser acompanhada de fotografias. Apenas o SPGL, que procede à indicação dos responsáveis pelo acompanhamento de cada uma das escolas da sua área geográfica de jurisdição; o SPZN¹² e o SPM¹³, que indicam quais são os pelouros dos membros dos seus órgãos mais restritos de direção (Comissão Permanente e Comissão Executiva, respetivamente); e o SNESUP¹⁴, que acompanha os nomes dos integrantes dos seus órgãos sociais com um pequeno *Curriculum Vitae* disponibilizam uma informação mais detalhada, a qual é relevante para que se possa saber quem é quem no interior da organização sindical..

Por outro lado, nenhum dos *websites* fornece informação sobre a forma como a organização se estrutura nem é publicitado o agendamento das reuniões das direções sindicais. Em relação às assembleias gerais ou outras reuniões associativas, somente pouco mais de um quinto publicita a sua convocatória.

Esta tendência para uma profunda opacidade manifesta-se igualmente na não disponibilização de documentos relevantes para o governo associativo, que remetem para uma prestação de contas aos sócios (Quadro 3).

Quadro 3: Proporção dos websites dos sindicatos dos professores que fornecem documentos relevantes sobre o governo das organizações (%), 2020

Documentos relevantes	%
Atas das reuniões de direção	0,0
Atas das Assembleias Gerais	3,6
Atas dos processos eleitorais	7,1
Programas de Ação	0,0
Relatórios de Atividades	3,6
Orçamento	0,0
Relatórios de contas	0,0
Estatutos	52,2

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

11 No caso do SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, apenas é referida a Presidente da Direção, com fotografia.

12 SPZN – Sindicato dos Professores da Zona Norte, filiado na FNE.

13 SPM – Sindicato dos Professores da Madeira, filiado na FENPROF.

14 SNESUP – Sindicato Nacional do Ensino Superior, sindicato não filiado confederalmente.

Apenas o SNESUP divulga as atas das assembleias gerais, sendo que o SPGL procede à divulgação das moções nelas aprovadas. Estes dois sindicatos são também os únicos que facultam os Relatórios de Atividades das direções, sendo que no caso do SNESUP existe um histórico desses relatórios. Atas dos processos eleitorais surgem igualmente unicamente nos *websites* do SNESUP e do SPN¹⁵. Nenhum sindicato publicita as atas das reuniões de direção, os seus programas de ação ou o orçamento. Surpreendentemente, os estatutos, a constituição de qualquer organização, são divulgados em apenas pouco mais de metade dos casos (52,2%)¹⁶. O STOP¹⁷ disponibiliza informação sobre o evoluir de uma campanha de fundos de sua iniciativa, a qual visa financiar a colocação de uma ação contra o Estado português no Tribunal Europeu.

O segundo pilar fomentador da democracia organizacional é a *participação* dos membros na vida associativa e, em particular, nos processos de tomada de decisão. No quadro de um conceito amplo de democracia organizacional a *participação* é encarada como um fator de inclusão, cobrindo um amplo leque de ações que vão dos processos institucionais (por exemplo, realização de eleições) até práticas formais e informais de discussão e de deliberação.

Para obviar à tendência para a burocratização e promover uma democracia organizacional assente na participação, a solução reside na abertura de espaços de intervenção que a estimulem, o que poderá ocorrer através de vários canais. A Internet possui um enorme potencial para possibilitar estas oportunidades atendendo às funcionalidades que propicia.

Desde logo através dos canais de comunicação, em particular as funcionalidades de contacto. Neste campo verificamos que se todos os *websites* providenciam um endereço de correio electrónico geral e muitos deles um formulário para contacto com os mais variados objetivos, como sejam dar uma sugestão, fazer um comentário ou proceder a uma denúncia em relação às condições de trabalho, já a disponibilização de um contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através de *e-mail* ou telefone celular se apresenta muito mais reduzida ou é mesmo inexistente.

Realce-se que a facilidade de contacto com a cúpula associativa constitui um importante contributo para a revitalização do sindicalismo, ao permitir potenciar a sua ligação com as bases, enquanto se ela não existir tal constitui um fator de desencorajamento da participação.

No âmbito das funcionalidades de interatividade digital será de enfatizar que a situação se apresenta ainda mais negativa, aparte o facto de que a maioria dos *websites* apresenta uma ligação às redes sociais *online* (60,9%). Todas as restantes funcionalidades ou não existem ou estão presentes num número minoritário de casos (13,0% no que se refere aos *Feeds/RSS – Really Simple Syndication*), como se pode observar no Quadro 4.

Quadro 4: Proporção de *websites* dos sindicatos dos professores que possuem ferramentas que permitem a interatividade (%), 2020

	%
Blogue	0,0
Ligações às redes sociais <i>online</i>	60,9
Chat	0,0
Forum	0,0
Feeds/RSS	13,0

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

15 SPN – Sindicato dos Professores do Norte, filiado na FENPROF.

16 De ressaltar que alguns *websites* possuem uma área reservada, à qual só os sócios têm acesso, pelo que estes documentos podem estar aí hipoteticamente alojados, o que aconselha a que devamos ter alguma precaução nas conclusões. Mas se assim for, potenciais associados ficam privados do seu conhecimento.

17 STOP – Sindicato de Todos os Professores. Trata-se de um sindicato fundado em 2018 por ativistas que anteriormente dinamizaram movimentos sociais de professores, como o “Boicote e Cerco” surgido em 2013, e/ou militaram no quadro de sindicatos filiados na FENPROF. Não está filiado confederalmente.

Completamente ausentes encontram-se igualmente as funcionalidades que permitem a partilha da informação ou o comentário à informação, o mesmo sucedendo com a inserção de artigos de opinião dos sócios ou com o voto electrónico. Só o *website* da ASPL¹⁸ acolhe um inquérito, que não tem por objetivo escrutinar as políticas da organização, mas antes avaliar o *website*¹⁹ (Quadro 5).

Quadro 5: Proporção de websites de sindicatos de professores que fornecem a possibilidade de comentar a informação e/ou a possibilidade dos membros publicarem artigos no website (%), 2020

	%
Sim, diretamente	0,0
Sim, através das redes sociais <i>online</i>	0,0
Possibilidade de escrever artigos	0,0
Inquéritos	3,6
Voto electrónico	0,0

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

E o que sucede nas plataformas que configuram os *social media*? A principal conclusão que se pode retirar da análise do *Facebook* é que os sindicatos que o utilizam fazem-no com objetivos diferenciados. Para uns, como as estruturas filiadas na FENPROF e o STOP, esta plataforma é usada principalmente com intuítos de mobilização, embora não se descure igualmente a dimensão de informação sobre a profissão ou a envolvente em que é exercida, a denúncia de situações, podendo também ser encontradas publicações sobre questões que extravasam o domínio laboral. No caso de outros, em particular os sindicatos da FNE e restantes não filiados, não se descurendo a mobilização, nomeadamente em momentos como os da luta contra o congelamento da carreira, a lógica subjacente é fundamentalmente institucional e de fornecimento de serviços. Estas duas lógicas de utilização podem ser igualmente encontradas nos *websites* oficiais.

A participação nesta plataforma é muito escassa e a interatividade muito reduzida, não se verificando da parte dos sindicatos qualquer preocupação em incentivá-las. Por exemplo, não existem inquéritos de opinião – nem sequer para avaliar o grau de satisfação com o conteúdo da página –, assim como não são introduzidas questões que fomentem o debate nem se reage às dúvidas ou às críticas que são formuladas nas caixas de comentário, as quais ficam invariavelmente sem resposta, excepto no caso do STOP, sindicato que tem a preocupação de responder. É igualmente extremamente raro um sindicato reagir a um comentário feito. Uma vez mais o STOP é a exceção.

Uma participação com um carácter ainda mais restrito ocorre no *You Tube*, plataforma onde as duas federações e sete sindicatos possuem canais próprios, havendo ainda três vídeos carregados por dois outros sindicatos. O número de subscritores dos canais varia entre dois (SPGL e SDPA²⁰) e 944 (FENPROF), e o número de visualizações entre 56 no caso do único vídeo do SPLIU²¹ e 346 875 para o conjunto dos 1 272 vídeos existentes no canal da FENPROF. O único vídeo do SPLIU não suscitou qualquer reação, enquanto os quatro do SPGL suscitaram três reações de aprovação (todas concentradas num único vídeo), os doze do SDPA suscitaram oito reações também de aprovação e os 35 do SNESUP, vistos 5 585 vezes, originaram apenas 52 *gostos* e um *não gosto* e nenhum comentário. Uma participação idêntica de baixa intensidade regista-se nos restantes canais.

18 ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados, filiada na USI.

19 Existe apenas uma resposta a este inquérito.

20 SDPA – Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, filiado na FNE.

21 SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades. Sindicato não filiado confederalmente.

O mesmo sucede no *Twitter*. Nesta plataforma, menos utilizada do que as duas abordadas anteriormente, o número de *tweets* varia entre os 21 do SEPLEU²² e os 4 013 da FENPROF. O SEPLEU também tem o menor número de seguidores (apenas três), cabendo à FENPROF o maior número (793). Exemplificando a escassa participação, o SPGL, que tem dezanove seguidores, publicou 177 *tweets* que, no seu conjunto, deram origem a apenas 15 *gostos*, 3 *retweets* e nenhum *reply*.

Em síntese, à escassa interactividade proporcionada pelos *websites*, dada a predominância da comunicação unidireccional, adiciona-se a escassa interactividade existente nas plataformas de *social media*, o que não deixa de colocar uma forte interrogação sobre as implicações relativamente ao aprofundamento da democracia organizacional.

CONCLUSÃO

Por todo o mundo em geral, com particular acuidade em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Contudo, as TIC e a Internet encontram-se hoje amplamente difundidas no movimento sindical português, ainda que no quadro de algumas assimetrias.

Como detetado anteriormente, o que o presente estudo reforçou, o movimento sindical português não está a tirar todo o partido das potencialidades da Internet, o que se expressa logo claramente nos seus *websites*. Estes possuem, no essencial, um carácter estático, restringindo-se a um repositório de informação oficial da organização, enquanto predomina a unidireccionalidade em detrimento da bidireccionalidade promotora de participação.

Simultaneamente, a transparência organizacional assume níveis muito baixos, dado que os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos quase não são divulgados ou não o são de todo. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o têm.

Por outro lado, no caso das redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a participação também não é incentivada, daí que acabe por ser escassa. Acresce que a lógica com que ele é utilizado obedece no caso de vários sindicatos ao que Dijk (2000) denomina de “modelo de marketing”, ou seja, essas organizações limitam-se a divulgar os serviços que oferecem ou a fornecer informação considerada pertinente sobre a profissão (por exemplo, os concursos) e a sua envolvente, em detrimento de promoverem a mobilização dos docentes.

O que os *websites* e a utilização de outras plataformas comprovam é que o modelo burocrático de organização acabou por se estender ao mundo virtual, originando uma “infocracia” (ZUURMOND, 1994) assente no reforço dos padrões de comunicação existentes, apenas se procedendo à alteração da forma como se transmite a informação. Esta assume um carácter restrito e não incide sobre aspetos centrais do governo dos sindicatos. Simultaneamente, não se verifica o acréscimo das oportunidades de debate ou do número de participantes ativos e o voto eletrónico não é implementado, ainda que consideremos que este não constitui a panaceia para o renascimento do sindicalismo, como muitos entendem ser.

Numa palavra, a presença destes sindicatos na Internet não está a contribuir nem para um aprofundamento da *transparência organizacional* nem da *participação* dos membros. Por conseguinte, a rede ao invés de estar a propiciar a abertura das organizações, está antes a perpetuar o seu fechamento.

Refuta-se assim o determinismo tecnológico subjacente às teses dos autores que, imbuídos de uma “tecno-euforia” (FUCHS, 2014), enfatizam que a Internet por si só permite a ampla difusão de informação, fazendo crescer a responsabilização dos dirigentes, ao mesmo tempo que faculta a oportunidade de aprofundar a deliberação democrática; que a bidireccionalidade proporcionada por funcionalidades como

22 SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades. Sindicato não filiado confederalmente.

o *e-mail*, as listas de discussão, os *chat* ou os *fora*, possibilita o acréscimo da participação; e que a constituição de comunidades virtuais favorece o incremento da discussão e da mobilização. Neste caso, como no do estudo de Hindman (2000), a democracia digital parece não passar de um mito.

Se a Internet disponibiliza, de facto, ferramentas que poderão propiciar o aprofundamento da democracia organizacional, esta só se materializará se as lideranças das organizações assim o desejarem, para isso definindo as estratégias apropriadas, uma vez que esse aprofundamento representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como notou Darlington (2000). Subjacentes à presença dos sindicatos na Internet encontram-se processos sociais, que muitos olvidam, os quais influenciam o modo como os *web-sites* são construídos ou o modo como as redes sociais *online* são utilizadas. Dito de outro modo, o uso da Internet é aquele que os dirigentes querem que seja.

Deve-se sublinhar que, no contexto da crise sindical, as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós não constituem a solução milagrosa para a ultrapassagem da situação. O potencial que estas tecnologias demonstram possuir só se poderá materializar, e elas só poderão contribuir para a revitalização do sindicalismo, se o investimento realizado for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral.

Se a adoção destas tecnologias não for enquadrada por este modelo, isso pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspetiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram que elas podem substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande relevância e podendo abrir uma janela de oportunidade importante para a revitalização do movimento sindical, não podem de modo algum substituir a organização nos locais de trabalho. O sindicato são os trabalhadores. Um sindicato não faz sentido se não estiver ancorado nos locais de trabalho e se os trabalhadores não o puderem contactar de forma direta e aberta através dos seus militantes de base, os delegados sindicais. Se a comunicação mediada por computador é importante, a comunicação face a face continua a ser essencial.

REFERÊNCIAS

AD HOC COMMITTEE ON LABOR AND THE WEB. **Why the Internet matters to organized labor**, 1999. Disponível em: <http://www.mindopen.com/laborweb>. Acesso em: 10 maio 2018.

ALVES, Paulo Marques. **Crise e mudança em Portugal: dilemas sindicais face à inovação tecnológica e organizacional**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – ISCTE, Lisboa, 1994.

ALVES, Paulo Marques. **Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da acção militante sindical**. 2009. Tese (Doutoramento em Sociologia) – ISCTE-IUL, Lisboa, 2009.

ALVES, Paulo Marques; CORREIA, Manuel; AREOSA, João. Os sindicatos e as tecnologias. A adopção das TIC pelos sindicatos. In: CONFERÊNCIA VIAS PARA A REVITALIZAÇÃO DO SINDICALISMO – A UTILIZAÇÃO DAS TIC PELOS SINDICATOS PORTUGUESES, 2011, Lisboa: ISCTE-IUL, 2011.

BÉLANGER, Marc. **A case study of online collaborative learning for union staff in developing countries**. 2006. Tese (Doutoramento em Comunicação) – Simon Fraser University, Burnaby, 2006. Disponível em: <http://summit.sfu.ca/item/7296>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DARLINGTON, Ralph (2000). **The creation of the e-union: the use of ICT by British unions**, 2000. Disponível em: www.rogerdarlington.me.uk. Acesso em 10 maio 2018.

- DIAMOND, Wayne. J.; FREEMAN, Richard B. Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the internet for employee organization. **British Journal of Industrial Relations**. v. 40, n. 3, p. 569-596, dezembro de 2002.
- DIJK, Jan van. Models of democracy and concepts of communication. In HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van (org.). **Digital democracy: issues of theory and practice**. Londres: Sage, 2000, p. 30-53.
- DOLVIK, Jon Erik. Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway. **Transfer**. v. 8, n. 3, p. 527-528, Agosto de 2002.
- FIORITO, Jack; JARLEY, Paul; DELANEY, John T. Information technology, union organizing, and union effectiveness. **British Journal of Industrial Relations**. v. 40, n. 4, p. 627-658, dezembro de 2002.
- FREGE, Carola M.; KELLY, John. Union revitalization strategies in comparative perspective. **European Journal of Industrial Relations**. v. 9, n. 1, p. 7-24, março de 2003.
- FUCHS, Christian. **Occupy media! The occupy movement and social media in crisis capitalism**. Alresford: Zero Books, 2014.
- GREENE, Anne-Marie ; KIRTON, Gill. (2003). Possibilities for remote participation in trade unions: mobilizing union activists. **Industrial Relations Journal**, v. 34, n. 4, p. 319-333, outubro de 2003.
- GREER, Charles R. E-voice: how information technology is shaping life within unions. **Journal of Labor Research**, v. 23, n. 2, p. 215-235, junho de 2002.
- GUTIÉRREZ-RUBI, Antoni. Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis. **Revista de la Fundació Rafael Campalans**. fevereiro de 2009. Disponível em www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis. Acesso em: 10 nov. 2020.
- HINDMAN, Matthew. **The myth of digital democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- LEE, Eric. **The labour movement and the internet**. The new internationalism. Londres: Pluto Press, 1997.
- LÉVESQUE, Christian ; MURRAY, Gregor Murray. Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau. **La Revue de l'IREs**, n. 41, p. 149-176, junho de 2003.
- LUCIO, Miguel Martínez. New communication systems and trade union politics: a case study of Spanish trade unions and the role of the Internet. **Industrial Relations Journal**, v. 34, n. 4, p. 334-347, 2003.
- OberCom. **A Internet em Portugal. Sociedade em rede 2014**. Lisboa: OberCom. Disponível em: http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet_portugal_2014.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ROGERS, Joel; FREEMAN, Richard B. A proposal to American labor. Let's create "open-source unions," and welcome millions into the movement. **The Nation**. Disponível em <https://www.thenation.com/article/archive/proposal-american-labor/>. n. 24, p. 18-24, junho de 2002.
- SHOSTAK, Arthur B. (ed.). **The cyberunion handbook**. Transforming labor through computer technology. Armonk, NJ: M.E. Sharpe, 2002.
- ZUURMOND, Arre. **The infocracy**. A theoretical and empirical reorientation in Weber's idealtipe of the rational legal bureaucracy in the information age. The Hague: Phaedrus, 1994.

Fontes estatísticas

DGEEC – Estatísticas da Educação. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/estatisticas/>

Acesso em: 3 nov. 2020.

INE – Inquérito à Utilização das TIC pelas Famílias. Disponível em: www.ine.pt. Acesso em: 3 nov. 2020.

VISSER, Jelle. ICTWSS Database. version 6.1. Amsterdam: Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ictwss.org/downloads>. Acesso em: 3 nov. 2020.